

Identificações, projeções e discurso de ódio na contemporaneidade

Identifications, projections and hate speech in contemporary societies

Thalita Lacerda Nobre¹

Renato Mezan²

Resumo

O presente ensaio objetiva refletir acerca da disseminação do chamado “discurso de ódio” nas sociedades contemporâneas. Para isso, os autores realizam um breve percurso pela psicanálise freudiana e pelas contribuições de pós freudianos acerca dos conceitos relativos ao ódio, identificação e projeção, já que se imbricam ao discurso e sua forma de movimentação para fora do psiquismo individual e coletivo. Também são utilizadas as contribuições de autores do campo da Filosofia e Sociologia, a fim de ampliar a reflexão sobre o tema. Obteve-se que a organização da sociedade em rede pode facilitar a disseminação do ódio nas mais diversas esferas.

Palavras-chave: Discurso de ódio; identificação; projeção

Abstract

This essay aims to reflect on the dissemination of the so-called “hate speech” in contemporary societies. For this, the authors make a brief journey through Freudian psychoanalysis and the contributions of post Freudians about the concepts related to hatred, identification and projection, since they are intertwined with discourse and its way of moving out of the individual and collective psyche. The contributions of authors from the field of Philosophy and Sociology are also used in order to expand the reflection on the theme. It was obtained that the organization of the network society can facilitate the spread of hatred in the most diverse spheres.

Keywords: Hate speech; identification; projection

Introdução

O presente ensaio tem por objetivo refletir acerca da disseminação do chamado “discurso de ódio” nas sociedades pós-modernas. Para isso, os conceitos psicanalíticos de ódio, identificação e projeção se fazem necessários, uma vez que se imbricam ao discurso e sua forma de movimentação para fora do psiquismo do sujeito e dos grupos.

Antes de abordá-los, é interessante contextualizar que o conceito de ódio é trabalhado na obra freudiana em diversos momentos, sobretudo no período em que se debruça sobre a questão do narcisismo, por volta da primeira década do século XX. Em “Os instintos e suas vicissitudes” (1915), faz um importante apontamento, evidenciando que o ódio se instala como sentimento anterior ao amor. Isso porque o amor surge da necessidade de por fim ao desprazer.

Conforme Freud postula ao longo de sua obra, desde o “Projeto para uma psicologia científica” (1895), passando pelo “A questão da análise leiga” (1926), até “Análise terminável e interminável” (1937), seja na primeira tópica ou na segunda, o reconhecimento é de que o desprazer é inerente ao organismo, estando presente todas as vezes que o psiquismo detecta a ausência de satisfação. O

1 Doutora e Mestra em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Santos. Docente do Mestrado Profissional em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas na Universidade Católica de Santos (UNISANTOS).

2 Doutor e Mestre em Filosofia pela USP/SP. Graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP/SP). professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

desprazer é vivido como incômodo e dolorido: por isso, há a emergência de uma força contrária, que leva à cessação do sentimento perturbador.

No “Projeto para uma psicologia científica” (1895), Freud deixa claro que, quando o sujeito vivencia o desprazer, há o preenchimento de neurônios e a tensão precisa ser descarregada. Isso só pode ser feito por meio da “...alteração no mundo externo (fornecimento de víveres, aproximação do objeto sexual), que, como *ação específica*, só pode ser promovida de determinadas maneiras” (FREUD, 1895/1996, p. 370). A maneira a que ele se refere é por meio da ajuda de um outro (o cuidador), de modo que “essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária da *comunicação*, e o desamparo inicial dos seres humanos é a *fonte primordial* de todos os *motivos morais*” (FREUD, 1895/1996, p. 370).

Sendo assim, pode-se considerar que o ódio inicial, originado pelo desprazer, com suas características de sofrimento, é apaziguado pelo outro e facilita o estabelecimento de uma forma primordial de comunicação que levará ao estabelecimento do vínculo afetivo. Assim, além de ligá-lo ao objeto, essa “ação específica” permite que o sujeito tenha acesso ao sentimento amoroso, que permite vinculação, afastando, nesse momento, o desprazer que desliga e desune.

A experiência completa de descarga, vista pelo outro como comunicação, o oferecimento da ajuda alheia e a experiência prazerosa decorrente desse encontro foram nomeadas por Freud “vivência de satisfação”. Tão fundamental e poderosa, tal experiência é capaz de instaurar o psiquismo e o desejo, que segundo Aulagnier (1979), tem a função de cumprir suas duas metas pulsionais: a de vida e a de morte.

É possível associar as duas metas às forças contrárias de que se servem: amor e ódio. Freud deixa claro em uma de suas últimas obras, o “Esboço de psicanálise” (1938/1996), onde lemos isso sobre essas duas classes (opostas) de pulsão:

...decidimos presumir a existência de apenas dois instintos básicos, Eros e o instinto destrutivo (O contraste entre os instintos de autopreservação e a preservação da espécie, assim como o contraste entre o amor do ego e o amor objetal, incidem dentro de Eros.) O objetivo do primeiro desses

instintos básicos é estabelecer unidades cada vez maiores e assim preservá-las – em resumo, unir; o objetivo do segundo, pelo contrário, é desfazer conexões e, assim, destruir coisas. No caso do instinto destrutivo, podemos supor que seu objetivo final é levar o que é vivo a um estado inorgânico. Por essa razão, chamamo-lo também de instinto de morte (FREUD, 1938/1996, p. 161).

Assim, a partir da segunda formulação da teoria pulsional, que propõe o conflito entre pulsões de vida e de morte, Freud insiste na importância dos opostos para manutenção do funcionamento psíquico. Isso porque, de acordo com suas postulações a partir de estudos sobre a origem da civilização, percebeu-se que a vida se origina de formas inanimadas: foi e é assim com qualquer espécie viva. Todos nós, um dia, fomos uma célula que se duplicou e evoluiu inúmeras vezes, até formar nosso corpo. Freud (1938/1996) complementa, a partir de seus estudos, que a tendência da vida é retornar a seu estado anterior, ou seja, a morte uma hora nos encontra.

Mesmo sabendo que estaríamos fadados a morrer, os sentimentos que causam desunião e desligamento são evitados pela civilização exatamente por levarem à inviabilização da vida. Não desaparecem, mas precisam ser domesticados, “civilizados”, a fim de garantir a sobrevivência da humanidade.

Em “Reflexões para os tempos de guerra e morte” (1915/1996), por exemplo, ele observa que se não houvesse desejo de morte uns dos outros, as religiões e culturas não precisariam de legislação sobre assassinato: “não matarás” não precisaria estar contido em um dos mandamentos apresentados por Moisés ao seu povo. Também não precisaria estar contido o primeiro mandamento cristão – “amar a Deus sobre todas as coisas” – com a orientação de que é o amor que civiliza, e não o ódio.

É interessante destacar, como exemplo, que este primeiro mandamento cristão – enunciado como “amar a Deus sobre todas as coisas” – tem por continuação a ordem de “amar o próximo como a ti mesmo”. Lacan, no Seminário 5, analisa que a continuidade do mandamento traz uma orientação ao amor, já que haveria uma questão contida a significação de amar: “como tu mesmo

tu és (tu es), no nível da fala, aquele a quem odeias (*tu hais*) na demanda de morte, porque a desconhecês” (LACAN, 1957-8/1999, p. 521). Note-se que o direcionamento se dá à tarefa de amar a quem odeia, e essa consideração oferece ao ódio uma condição fundamental.

Flanzer (2006, p. 225) interpreta que a postulação lacaniana refere-se à ideia de que o ódio é proveniente de uma relação estrutural do sujeito com o Outro. Nesse sentido, “...o sujeito odeia o Outro por conta da paixão que nutre pelo Ser do Outro. Ao ser destituído, excluído da possibilidade oferecida pelo Ser, ao sujeito só resta a tentativa de demolir este Outro.” A exclusão da possibilidade de Ser leva à ascensão do ódio que, como ressalta a autora, é distinto ao vivido na rivalidade.

No Seminário 5, Lacan encaminha o raciocínio acerca do ódio que diferencia do Outro correlacionando-o à proposição freudiana das instâncias psíquicas. Afirma que o mandamento de amar ao próximo como a ti mesmo “...se une ao ponto do horizonte onde se articula o preceito de Freud, seu *Wo Es war, soll Ich werden*³. Ele é também o que uma outra sabedoria exprime em seu Tu és isto” (Lacan, 1957-8/1999, p. 521). Nesse sentido, o Isso é o espaço fundamental, que garante os pontos de certeza sobre quem é o Eu e sobre quem poderá se tornar.

Piera Aulagnier propõe a ideia que todos os sujeitos nascem em um meio psíquico falante, e que o discurso materno sobre o bebê proporciona a este a constituição desses pontos de certeza sobre quem era antes de nascer e quem poderá se tornar daí em diante. Em suas palavras: “...assim como emprestou dela seus primeiros enunciados identificantes, será do seu discurso que o eu da criança emprestará as ‘informações’ que lhe permitam esboçar o primeiro capítulo do seu livro de história” (Aulagnier, 1989, p. 217). Tal discurso comunica uma espécie de orientação sobre o que se desejou e o que se deseja dessa criança. Além disso, inclui tanto a mãe quanto o bebê na dimensão temporal, já que alguns pontos dele serão incondizentes com o desejo de cada uma das partes.

É essa orientação que foi distorcida no encontro do sujeito que se tornará psicótico com a sua mãe. De acordo com Aulagnier, nesse caso, o sujeito percebe ter recebido da voz materna um discurso ameaçador, a encarnação de um objeto persecutório. Em suas palavras: “se sobre esta voz for projetada uma intenção ameaçadora, todo prazer parcial se transformará no seu contrário” (AULAGNIER, 1979, p. 92). Essa afirmação da psicanalista sugere que o ódio, apesar de constitutivo e fundamental, anterior ao prazer, se representado no momento que o prazer deveria se sobrepor, pode orientar o sujeito à psicose ou até a morte.

Em “Psicologia de grupo e análise do ego” (1921/1996), Freud postula que a civilização, para se constituir enquanto tal, precisou e precisa continuar legislando sobre o ódio destinado ao outro e a si mesmo e isso. Isso exige um grande esforço da humanidade. O ódio é um empecilho para a formação e desenvolvimento da cultura, uma vez que não une uns aos outros, mas repele: o sujeito também tomado pelo ódio destrói a si mesmo, os outros e o ambiente. Por isso, a civilização realiza a vigilância dos impulsos a serviço do ódio, e promove uma exaltação da dinâmica amorosa sob a forma do ideal de felicidade. As estratégias disciplinares utilizadas pelos líderes são pautadas nessa vigilância, mas nem sempre estão a serviço de impulsos amorosos organizados.

É porque esse sentimento de ódio está na base do funcionamento psíquico humano que se observa, em situações de desamparo e calamidade, maior frequência de alguns indivíduos buscando destruir os outros. O sentimento de união e empatia se afasta dos sujeitos à medida que se acirram as situações de necessidade.

Haveria assim uma tendência humana de, em situações extremas, buscar salvar a si mesmos e àqueles que correspondam a si, como parentes, pessoas com quem se tem afinidade e pessoas que apresentam traços que o sujeito identifica em si mesmo. Eis a orientação dos sentimentos morais, conforme apresentou, de modo prático, a filósofa britânica Philippa Foot com o famoso “dilema do bonde”. Em seu artigo intitulado “Problem of Abortion and the Doctrine of the Double Effect”, publicado em 1967, discute sobre temas morais como o aborto e traz um interessante dilema baseado na lógica aristotélica, que pode ser resumido

3 Há estudos sobre essa afirmação, dentre eles o de Bartijotto; Tfouni & Chiaretti (2019), que tratam mais detidamente do significado dessa afirmação freudiana. Porém, de acordo com o objetivo central do presente manuscrito, optamos por apresentar somente a tradução encontrada na tradução da editora Imago (1996), que pode ser lida como: “Onde estava o id, ali estará o ego”

como o seguinte: um bonde está sem freios e no caminho há cinco pessoas amarradas. É possível salvar essas pessoas apertando um botão e encaminhando o bonde para outro caminho, porém, nesse caminho alternativo, há uma pessoa amarrada. Diante disso, o que fazer?

Diante de tal questionamento moral, observou-se que as respostas dos indivíduos levaram em conta a moralidade, a forma como compreendem o bem-estar de um em oposição ao bem-estar de um grupo, bem como as identificações com aqueles que deveriam ser poupados do sacrifício. Nesse problema moral, a orientação da resposta se dá também pelo critério de se essa única pessoa que está amarrada no caminho alternativo do bonde é ou não um familiar daquele que está com a função de apertar o botão. Nesse caso, o vínculo afetivo torna-se um critério poderoso para dúvida moral.

Freud (1915/1996) postula que as situações de guerra e morte trazem abalos psíquicos especialmente dolorosos quando envolvem tragédia com nossos familiares. Em suas palavras:

O complemento a essa atitude cultural e convencional para com a morte é proporcionado por nosso completo colapso quando a morte abate alguém que amamos – um progenitor ou um cônjuge, um irmão ou irmã, um filho ou um amigo íntimo. Nossas esperanças, nossos desejos e nossos prazeres jazem no túmulo com essa pessoa, nada nos consola, nada preenche o vazio deixado pelo ente perdido. Comportamo-nos como se fôssemos um dos Asra, que morrem quando aqueles que eles amam também morrem. Mas essa nossa atitude para com a morte exerce poderoso efeito sobre nossas vidas. A vida empobrece, perde em interesse, quando a mais alta aposta no jogo da vida, a própria vida, não pode ser arriscada. (FREUD, 1915/1996, p. 300)

A perda de um ente próximo corresponderia à perda de uma parte de si mesmo, levando a vida ao empobrecimento e ao vazio existencial por causa da ausência do referencial identificatório incorporado na pessoa que morreu. O ódio é voltado, nesse sentido, tanto ao que morreu quanto àquele que o matou, o que pode levar a diversas saídas psíquicas, dentre as mais comuns são o luto e a melancolia.

O sujeito e a identificação com o outro

A união entre pessoas, de modo a formar um grupo (familiar ou não), de acordo com que Freud postula tanto em “O mal estar na civilização” (1930/1996) quanto em “Totem e Tabu” (1913/1996), estaria pautada na necessidade de proteção realizada pelos outros a fim de garantir a sobrevivência. Isso permite pensar que tal movimento seria inicial e fundamentalmente egoísta, porém a convivência e proteção oferecidas pelo grupo podem gerar sentimentos mais elevados, como o de segurança pelo pertencimento a um grupo, ou ligação afetiva aos afins, além de constituir uma fonte poderosa de identificação.

Diante desse movimento de coesão do grupo, é possível que, a fim de se proteger, os integrantes realizem do mesmo modo a deflexão da pulsão de morte aos não pertencentes a ele, ou seja, aos integrantes de outros grupos. Isso levaria cada vez mais ao isolamento, e caso não compreendido ou transformado, implicaria o risco de direcionar um ódio, cada vez maior aos não reconhecidos como afins.

Pensando, sobretudo, na constituição do narcisismo e na relação que desde o início da vida psíquica o sujeito estabelece com o outro, em “Os instintos e suas vicissitudes” (1915/1996) Freud se debruça sobre o entendimento da ambivalência entre amor e ódio. Uma das vicissitudes da pulsão seria o que ele denomina de “a reversão para o oposto” (*Rückkehr ins Gegenteil*). Isso significa que um destino possível para a satisfação de determinada pulsão seria pelo caminho de se ligar à meta pulsional contrária: o amor pode se transformar em ódio, por exemplo. Em suas palavras: “Se uma relação com um dado objeto for rompida, frequentemente o ódio surgirá em seu lugar, de modo que temos a impressão de uma transformação do amor em ódio” (FREUD, 1915/1996, p. 144). O contrário também é possível, sobretudo na sublimação. Essa descoberta freudiana permitiu pensar que o mesmo objeto pode ser amado e odiado, dependendo de como se faz o ajuste nos impulsos direcionados a ele.

Freud amplia essa ideia em trabalhos posteriores, e isso permite que postule a versão completa do complexo de Édipo (positivo e negativo), por exemplo, em “O ego e o id” (1923/1996). Nesse texto, fica claro que os pais são figuras identificatórias às quais se destinam simultaneamente sentimentos de amor e ódio.

Ainda em “Os instintos e suas vicissitudes”, o mestre vienense afirma que além da destinação de impulsos amorosos e hostis aos outros, há também o movimento de ser amado, o risco e o desejo de ser odiado (pulsão sádico/masoquista), e o desligamento desses impulsos em relação ao objeto: a indiferença.

Desde os “Três ensaios para a teoria da sexualidade” (1905/1996), Freud enfatiza que os primeiros objetos aos quais direcionamos e recebemos amor e ódio, se formam como figuras identificatórias primordiais. Essas figuras se estabelecerão como objetos a que se pode direcionar e receber prazer ou a recusa dele. A cada vez que o prazer for recusado, o sentimento primordial de ódio retoma. Cabe aos pais, no vínculo com a criança, auxiliá-la a modular a experiência tanto de satisfação quanto de frustração.

A partir da segunda tópica, Freud passa a ver no ego um sedimento de identificações, isto é, a relação do psiquismo do sujeito com seus objetos identificatórios ganha destaque na compreensão da constituição psíquica. O conceito se amplia de mecanismo de defesa para ação constitutiva, porque se leva em consideração o inconsciente do sujeito nas situações de identificação. E, ao debruçar-se sobre o funcionamento do complexo de Édipo, chega a conclusão de que, ao final da vivência edípica, as figuras dos pais são substituídas por identificações, carregadas de ambivalência.

Sendo assim, na relação com o objeto o psiquismo do sujeito tem acesso – por meio das experiências de amor e ódio – ao processo de identificação, que de acordo com o que lemos em “A dissecação da personalidade psíquica” (1933/1996, p. 68) consiste na “ação de assemelhar um ego ao outro ego, em consequência do que o primeiro ego se comporta como o segundo em determinados aspectos, imita-o e, em certo sentido, assimila-o dentro de si.”

O outro assimilado sofre a distorção do Eu do sujeito: assimila-se à imagem representada do outro, que pode ser alimentada por maiores ou menores indícios da realidade, de acordo com a experiência e a constituição psíquica do sujeito que se identifica. Sendo assim, o outro a quem se direciona o desejo pode nos frustrar porque o desejo é criado pelo psiquismo do sujeito; nem o outro nem qualquer situação conseguirão, jamais, encaixar-se exatamente no desejo do desejante.

Eis aí um momento fundamental para o aparecimento do ódio: o momento da diferenciação. Freud menciona em “Feminilidade” (1933/1996), por exemplo, que o que afasta a menina da sua mãe no complexo de Édipo é o medo da perda do amor. Esse afastamento se dá, em um primeiro momento, como consequência do ódio pela mãe, por aquilo que a ela foi negado. A castração incide sobre o narcisismo e gera ódio.

Esse entendimento freudiano pode ser exemplificado por Flaubert, no romance *Madame Bovary*, quando afirma que: “Mas *denegrirmos os que amamos* sempre nos desliga deles um pouco” (FLAUBERT, 1857, p. 323). Essa citação de Flaubert nos elucida sobre o aspecto constitucional do ódio. Ele precisa existir para que o sujeito não fique para sempre identificado, para que se diferencie e possa desenvolver sua autonomia em relação ao objeto. O desligamento pode se iniciar pela via do ódio.

Assim, o outro que é revestido de aspectos amorosos também pode ser coberto por aspectos relativos ao ódio. Quando o ódio persiste, pode tornar-se fonte de ressentimento e, diante da dificuldade em nomeá-lo, organizá-lo, ou mesmo oferecer alguma outra saída para de se livrar de tal afeto, o sujeito pode depositá-lo no Eu alheio.

O outro pode ser representado pela falha do Eu do interlocutor, ou por desejos que este não tem coragem de assumir. Diante desse movimento, observa-se um mecanismo de defesa intrínseco, em maior ou menor grau, em todas as, relações humanas: a projeção.

De acordo com a definição de Laplanche e Pontalis (2001, p. 374) trata-se da “operação pela qual o sujeito expulsa de si e localiza no outro – pessoa ou coisa – qualidades, sentimentos, desejos e mesmo ‘objetos’ que desconhece ou recusa em si”. Assim, como em uma projeção de um filme no cinema, o outro adquire a função da tela na qual a história é projetada. É importante destacar que essa tela pode refletir, na realidade, em maior ou menor grau, a projeção do sujeito.

Laplanche e Pontalis comentam ainda que esse mecanismo noticia a presença de uma defesa muito arcaica e primitiva, comumente detectada em casos de psicose e paranóia, porque, em maior ou menor grau também se encontra nas neuroses, como por exemplo nas superstições, na mitologia e no pensamento anímico. Como qualquer mecanismo de

defesa do ego, tem a utilidade de proteger o psiquismo infantil e auxiliar no suporte à realidade.

Seja como for, os mecanismos de defesa visam proteger o ego da distorção e da dissolução, e são utilizados, sempre que o sujeito se sente ameaçado pela realidade, seja ela externa ou interna. Por isso, e por Freud associar a formação do ego ao narcisismo, os objetos perigosos podem atacar o narcisismo do sujeito, levando-o à dúvida sobre si mesmo e, conseqüentemente, à angústia.

A fim de afastar um pouco esse perigo, em “O tabu da virgindade” (1917/1996), Freud sugere que haveria uma espécie de *check list* do sujeito em relação a si e ao outro, que detecta aquilo que estaria em inconformidade. O conceito de “narcisismo das pequenas diferenças” traz essa ideia de que tudo aquilo que represente uma mínima diferença do outro em relação ao sujeito pode ser encarado como sinal de perigo. Se tudo der certo, o psiquismo internaliza a pequena diferença como em um processo alimentar; o problema aparece quando se interpreta a diferença como risco à integridade do Eu.

Em busca de proteção e minimização das pequenas diferenças, os grupos de iguais se unem e se fortalecem. Sendo assim, a partir da união em grupo, o sujeito pode expandir seus sentimentos intoleráveis à diferença do outro, e o grupo pode servir de amparo para atuar essa intolerância.

De acordo com Maria Rita Kehl (2004, p. 14), o perigo da ferida narcísica pode levar os sujeitos a se protegerem por meio da instalação de um estado de ressentimento. Conforme sua proposição, “uma das condições centrais do ressentimento é que o sujeito estabeleça uma relação de dependência infantil com um outro, supostamente poderoso, a quem caberia protegê-lo, premiar seus esforços, reconhecer seu valor”. O sujeito ressentido fica à espera constante de uma gratificação; enquanto ela não surge, toda a sua vida é tomada pela ferida decorrente do fenômeno que o magoou.

Com isso, observamos que o ressentimento como luto mal sucedido se instala como modo de vida, protegendo o indivíduo dos perigos do mundo. E, nesse mesmo sentido, o sujeito pode encontrar proteção em um grupo, que o amparará. Diante disso, como lemos em “Psicologia de grupo e análise do ego” (1921/1996), o grupo molda o sujeito, uma vez que se instaura como

fonte de identificação. Além disso, a partir de Le Bon, explicita que algumas ideias e sentimentos não têm o poder de emergir à consciência, nem se transformar em atos, a menos que o sujeito esteja sob uma situação grupal.

Freud complementa seu raciocínio afirmando que, quando inserido em um grupo, o sujeito “...é colocado sob condições que lhe permitem afastar de si as repressões de seus impulsos instintuais inconscientes” (1921/1996, p. 85). Sendo assim, os indivíduos, por identificação, podem ser tomados pelas manifestações de impulsos do inconsciente, “...no qual tudo o que é mau na mente humana está contido como uma predisposição. Não há dificuldade alguma, em compreender o desaparecimento da consciência ou do senso de responsabilidade, nessas circunstâncias” (1921/1996, p. 85).

É importante considerar, nesse sentido, que os comportamentos a que os indivíduos são levados pelo grupo podem ser reconhecidos como manifestações do inconsciente de cada integrante, e de acordo com o modo como o psiquismo se encontra organizado, cada sujeito tolera em maior ou menor grau determinadas ações. Pode-se tomar como exemplo que, diante da euforia generalizada de uma torcida de futebol, alguns podem chegar ao máximo do ódio e da intolerância e desferir ataques a indivíduos da torcida contrária; porém, somente participam das agressões aqueles possuem pouca capacidade superegoica de conter tais impulsos hostis.

Há risco de uma distorção da noção de realidade, bem como de responsabilidade, quando a configuração social faz expandir mais e mais a massificação: pode se acirrar o pensamento grupal em detrimento da construção do pensamento individual.

A sociedade em rede e o espalhamento do discurso

Pierre Levy, no final do século XX, atentou para a criação das ferramentas computacionais como sendo igualmente criadoras de uma cultura mediada pela rede de comunicação sem limites para expansão, uma vez que é virtual. Em suas palavras, a cibercultura e o ciberespaço se referem a “...um universo indeterminado e que tende a manter sua indeterminação, pois cada novo nó da rede de redes em expansão constante pode se

tornar produtor ou emissor de novas informações, imprevisíveis, e reorganizar uma parte da conectividade global por sua própria conta” (LEVY, 1999, p. 111). Isso quer dizer que o espaço da tecnologia da informação e comunicação tende a se expandir à medida que se produzem mais e mais conteúdos, implicando os sujeitos no emaranhado da teia mundial.

Richard Sennett afirma que, a partir do século XVIII, observou-se a divisão do habitar em espaço público e privado. De acordo ele, houve uma intensa transformação – especialmente no que tange a vida pública – com o incremento do individualismo, ainda que alguns ganhos se fossem obtidos quanto à ocupação dos indivíduos nas cidades. Uma das transformações que se podem observar é que “a procura pelos interesses comuns é destruída pela busca de uma identidade comum” (SENNETT, 2016, p. 376). E essa compreensão nos permite pensar que a identidade comum garante o sentimento de pertencimento: por isso seria tão buscada.

Para o autor, o reconhecimento público garantiria ao indivíduo o poder de influência. A quem se reconhece como influente seria conferido um status superior ao médio cidadão comum. Porém, ao longo da era moderna, o movimento social foi de transformação da plateia como julgadora (se o indivíduo mereceria ser reconhecido) para o papel de espectadora, podendo ser manipulada pelas figuras de influência. Em suas palavras: “A plateia perdera, assim, um sentido de si mesma como força ativa: como ‘público’. Uma vez mais, a personalidade em público destruída o público, tornando as pessoas temerosas de trair suas emoções involuntariamente diante dos outros” (2016, p. 376). Assim, o caráter disciplinar diante do olhar dos outros levou os indivíduos a “maquiarem” o que se mostraria na esfera pública. Diante da construção da cibercultura, é possível observar a criação de personagens desempenhados nas redes sociais digitais.

Também é possível considerar que o advento das redes sociais digitais permite a rápida projeção, uma vez que a relação se dá por uma foto ou um vídeo, ou seja, um espaço micro do que seria o outro, sem ligação afetiva.

Manuel Castells, no início do século XXI, propõe a ideia da transformação social, incluindo as relações interpessoais e de trabalho, sob a forma de

uma sociedade em rede. As civilizações ocidentais caminharam para uma nova organização do poder, menos verticalizada e mais horizontalizada, como uma teia. Segundo ele: “...redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 2002, p. 565). Em complemento a esse pensamento, o autor afirma ainda que: “(...) essa lógica de redes gera uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes: o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder” (2002, p. 565). Assim, a transformação não se dá apenas no modo como a informação se movimenta, mas na fluidez com que isso pode acontecer. A sociedade em rede traria uma transformação, inclusive na relação dos indivíduos com o espaço e o tempo: uma vez que o espaço é virtual, o tempo se dissolve também, bem como as fronteiras entre grupos e territórios.

Diante do perigo da perda da identidade, diante da fluidez das opiniões e dos grupos, os sujeitos tenderiam a se aferrar a seu grupo de amparo, ficando à mercê do pensamento massificado que alimenta o ódio à diferença. Intensifica-se o uso da projeção como mecanismo, uma vez que ela impede o sujeito de ter acesso às suas identificações e à reflexão sobre si mesmo. Esses seriam os ingredientes fundamentais para o estabelecimento e a alimentação do ressentimento entre sujeitos e entre grupos.

Na atualidade, há algumas ferramentas sociais que permitem a detecção da mínima diferença e podem auxiliar a aliviar o ódio proibido: as redes sociais digitais seriam uma delas. Nesses espaços “virtuais”, há o convite para a liberdade da crítica, até mesmo do insulto ao outro. Levando em consideração que os conteúdos que se colocam nas redes sociais não refletem a vida psíquica integral do sujeito, mas um pequeno recorte com distorções – uma vez que se escolhe a melhor pose, o melhor filtro de imagem – a relação que a pessoa do outro lado da tela estabelece é pautada em suas próprias interpretações. É certo que os relacionamentos “ao vivo” também sofrem distorções, mas no ambiente virtual elas são potencializadas, porque aquilo com o que o outro se relaciona é a imagem de um indivíduo.

A sustentação do ódio também dá indício de que ainda existe alguma batalha digna de ser travada, nem que o objetivo seja apenas a aceitação pelos outros integrantes do grupo, ou a minimização da pequena diferença que aparece em si mesmo, mas que, por diversas razões, não pode ser reconhecida.

Para existir um discurso, é preciso que haja compartilhamento social. Por isso, o discurso de ódio prospera se houver uma plateia o atestar como válido. E, diante de uma rede mundial, a chance do modo de pensar do sujeito ser amparado por um grupo é muito grande. Os grupos se expandem não mais por morarem na mesma rua ou bairro, mas por frequentar um espaço mundial. A rede facilita essa ampliação, essa complexificação, além de garantir que se está encontrando um caminho possível para a projeção do ódio. Nesse sentido, as figuras de identificação podem ser modelos que autorizem o afastamento do outro sob o pretexto do perigo que a sua presença traz.

Apoiando-se em *Le Bon*, Freud aponta em *Psicologia de grupo e a análise do ego* (1921) que os grupos não estão disponíveis para a realidade: ao contrário, anseiam por ilusões: "...tal como nos sonhos e na hipnose, nas operações mentais de um grupo a função de verificação da realidade das coisas cai para o segundo plano, em comparação com a força dos impulsos plenos de desejo com sua carga afetiva" (1921/1996, p. 91). É por meio desse desejo de satisfação da fantasia que os grupos podem construir uma lógica ancorada na identidade entre os integrantes, em que não caberia diferença, já que esta acarreta o perigo de confrontação com a realidade.

Miriam Debieux Rosa, Diego Penha e Patrícia Ferreira (2018, p. 106) estudam a intolerância em relação aos movimentos políticos, mostrando que a lógica identitária está na base desses movimentos grupais, uma vez que "...estabelece fronteiras rígidas entre eu e o outro, podendo favorecer radicalismos e intolerâncias". Assim, ao contrário da lógica desejante que reconhece a si e ao outro como sujeitos desejantes e responsáveis pela coesão que sustenta o grupo, a lógica identitária favorece a intolerância por reconhecer o outro como perigoso diante daquilo que se pretende ignorar.

Os autores afirmam ainda: "buscamos sustentar que o império da intolerância é construído

pela massificação regida pela ignorância, uma das paixões do ser que, ladeada por amor e ódio, torna a alteridade um sinônimo de estrangeiro-inimigo" (2018, p. 106). Nesse sentido, o estranho-inquietante deve ser excluído, deletado, recusado, porque colocaria em risco a fantasia que se pretende acreditar no grupo.

O discurso de ódio

O termo discurso de ódio tem sido amplamente utilizado na atualidade, mas carrega em si uma complexidade em suas fronteiras, sobretudo em relação à liberdade de expressão. Do ponto de vista da Psicologia e Psicanálise, os estudos têm aparecido em menor quantidade do que em relação ao Direito. Acreditamos que isso se deva por conta da importância do assunto para o campo do saber jurídico que discute e legisla sobre os limites da liberdade. Por isso, convém abordar esse tema também sob este ângulo.

Desse ponto de vista, Nevita Luna e Gustavo Santos explicitam que, no Brasil, a Constituição federal de 1988 trouxe diversos ganhos no que tange a liberdade de expressão. Segundo os autores, a liberdade de expressão tornou-se "...um direito fundamental dos indivíduos, entendida como liberdade de consciência e de crença" (2014, p. 230-1). Sendo assim: "...está intrinsecamente relacionada à livre manifestação de ideias, opiniões, posições e pensamentos, de interesse público ou não, providos de importância e valor ou não, por meio de qualquer meio de comunicação, não podendo esse direito ser restringido por ninguém" (2014, p. 230-1). Nesse sentido, entende-se que os cidadãos têm liberdade para expor seus pontos de vista tanto no espaço privado quanto no público.

Desde a promulgação da Constituição, observa-se que houve uma busca pela garantia da liberdade e da democracia, porém, o entendimento não deixa claro o limite quanto ao que deixa de ser liberdade e se transforma em tentativa de agredir um sujeito ou um grupo. O que consiste em opinião livre para um indivíduo ou grupo pode soar como agressivo a outro, o que, de acordo com Luna e Santos, pode suscitar a intervenção do Estado.

De acordo com José Soto, a partir da Convenção de Viena (1963) firmou-se um acordo entre os países a fim de garantir a liberdade mediante

alguns limites. Entre eles, sobleva a consideração de que a liberdade de expressão se relaciona também com a responsabilidade dos indivíduos, por isso ela pode – em certos casos – ser restringida. Uma das restrições encontradas seria quando esta liberdade se torna discurso de ódio.

Luna e Santos (p. 232) definem o discurso de ódio como “...toda manifestação que denigra ou ofenda os membros das minorias tradicionalmente discriminadas, que estão em inferioridade numérica ou em situação de subordinação socioeconômica, política ou cultural.” Nessa definição observa-se a regulação quanto a pessoas e grupos que possuem um determinado poder sobre os outros, e conforme entendem Meyer Pflug (2009), ainda que esteja o discurso de ódio voltado na maioria das vezes aos grupos minoritários, estes não são o seu alvo exclusivo. E pode-se considerar que essa exclusividade não ocorre por dois motivos principais: primeiro, o ódio é inerente ao humano, e conforme vimos anteriormente, aos grupos; segundo, porque todos os indivíduos e grupos desejam exercer poder sobre o outro. É por isso que grupos minoritários e majoritários tendem a dirigir discursos odiosos aos outros.

Luna e Santos (p. 232) afirmam ainda que o intuito dessa forma de discurso é privar os sujeitos e grupos contrários da sua liberdade, servindo-se a “...insultar, perseguir e justificar a privação dos direitos humanos, e em casos extremos, para dar razão a homicídios, acarretando conflitos com outros valores igualmente tutelados pela Carta Magna, como a dignidade humana e a vedação à prática do racismo”. Por meio dessa forma de discurso, subjugam-se os contrários, acirrando a exclusão e a diferença de poder entre grupos.

Do ponto de vista psicanalítico, é importante considerar que o discurso pode ser representado pela linguagem, que se encontra para além da fala. A partir da linguística de Saussure, Lacan foi sem dúvida o principal expoente da psicanálise a compreender essa inter-relação, e fundamentou seus estudos na análise do discurso. No seminário 17, em que propõe analisar a Psicanálise “pelo avesso”, explicita que o discurso é estruturado ultrapassando a palavra. E continua:

...sem palavras, na verdade, ele pode muito bem subsistir. Subsiste em certas relações fundamentais. Estas, literalmente, não poderiam se manter sem a linguagem. Mediante o instrumento da linguagem instaura-se um certo número de relações estáveis no interior das quais certamente pode inscrever-se algo bem mais, que vai bem mais longe do que as enunciações efetivas (LACAN, 1970/1992, p. 11).

Dessa forma, o discurso pode ser considerado como algo impalpável, mas que traz enunciados necessários para constituir o psiquismo dos sujeitos e seu espaço relacional. O que se fala sobre e para o sujeito e que pode ser transmitido para além da fala, trabalha como ponte que o regula e organiza, e também os vínculos sociais.

Partindo dessa ideia sobre o discurso, podemos considerar que o ódio, quando contido em maior grau nesse veículo de enunciação, adquire um poder de contaminação por onde passar. Se ele está presente apenas no discurso falado, ainda não pode ser considerado tão perigoso quanto no momento em que começa a fazer parte da prática social. E, conforme vimos anteriormente, a formação de grupos de massa propicia a atividade de replicar discursos sem tempo para a reflexão, em um movimento de difusão que pode se tornar tão amplo, que venha a fazer parecer banais certas práticas de ódio.

O movimento que leva à aceitação do ódio pelas massas se daria como aparece ilustrado em “1984”, de George Orwell, por meio da vigilância do discurso. Na obra é retratado um setor específico do governo que trata de averiguar quais palavras seriam permitidas e quais não. Algumas palavras sofreriam modificações em seu significado, outras sumiriam, e outras ainda seriam criadas, a fim de direcionar os indivíduos acerca do que pode ser pensável e nomeável.

No psiquismo, a instância recaladora é responsável por monitorar o que pode ser pensado e o que deve se manter distante da consciência. Comentando o livro de Orwell, Piera Aulagnier escreve: “o ódio, a delação, o terror consolidam, reforçam a motivação essencial da relação do sujeito com a onipotente Instância recaladora: porque o Grande Irmão o ameaça com um cataclisma que já ocorreu. O sujeito pode acreditar que é no seu futuro que corre o risco de encontrar o que, na

verdade, já se realizou no seu longínquo passado” (AULAGNIER, 1989, p. 274-5).

Assim, pela via do temor e da ansiedade frente ao medo, em “1984”, se vê como é cultivado o ódio pelo conhecimento. Aulagnier comenta ainda que, por meio da confusão das lembranças e da “vaporização” (usando um termo de Orwell) do sujeito, se produz um psicótico, que ficaria à mercê das ordens e do fanatismo alimentado pelo líder.

E esse exemplo permite considerar que o ódio contido no discurso pode encontrar um caminho fluido para a contaminação de indivíduos e dos grupos, sobretudo nas sociedades em que se estimula a pressa, a impulsividade e a satisfação a qualquer custo.

Considerações finais

Neste artigo, procuramos analisar alguns dos principais mecanismos implicados na formação do discurso de ódio na contemporaneidade. Passando pelas contribuições psicanalíticas freudianas e de pós freudianos, e por alguns autores da Filosofia e Sociologia, concluímos que a organização das sociedades ocidentais em torno de expansão da informação facilita o surgimento e a manutenção do ego grupal (ou de massa).

Preservados pelo grupo, os indivíduos receberiam amparo para direcionar o seu ódio à diferença. Para complementar, alguns líderes que têm acesso a esses grupos se utilizam do discurso protetor a fim de alimentar o ódio generalizado aos que diferem, e, usando isso como se fosse

uma ameaça à coesão social, buscam reforçar o seu poder.

Para que não haja maior expansão do discurso de ódio, em que se toma o outro como sujeito a ser excluído ou “cancelado” (utilizando um termo atualmente difundido nas redes sociais digitais), a psicanálise pode ser de grande valia, na medida em que aponta a importância da escuta crítica de si mesmo e do outro.

Além disso, como sugestão possível para que tal discurso não contamine os diversos grupos, convém que exista um constante questionamento das “verdades”, por meio da reflexão, com estimulação do confronto entre as diferenças. A fuga por meio da generalização do discurso impede o confronto, e por isso dificulta – quando não bloqueia – a formação de indivíduos que possam reconhecer e aceitar tais diferenças.

A psicanálise pode auxiliar na discussão para o autoconhecimento, o qual gera a possibilidade de perceber que nem sempre o desconhecido é perigoso. Conforme proposta de Nietzsche: “torna-te quem tu és”.

Em “Reflexões para os tempos de guerra e morte” (1915/1996, p. 206), Freud escreve: “Lembramo-nos do velho ditado: *Si vis pacem, para bellum*. ‘Se queres preservar a paz, prepara-te para a guerra’. Estaria de acordo com o tempo em que vivemos alterá-lo para: ‘Se queres suportar a vida, preparar-te para a morte’.”

Talvez possamos adaptá-la aos dias de hoje: “se queres amar, prepara-te para o ódio”.

Referências

- AULAGNIER, P. (1975/1979). *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago.
- AULAGNIER, P. (1989) *O aprendiz de historiador e o mestre-feiticeiro: do discurso identificador ao discurso delirante*. São Paulo: Escuta.
- BARTIJOTTO, J.; TFOUNI, L. V. & CHIARETTI, P. (2019). *Wo es war, soll ich werden: traduções e consequências teóricas*. *Revista Subjetividades*, vol. 19, n. 3, Fortaleza: Unifor, p. 1-11. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v19i3.e8267>. Acesso em 01 ago 2022.
- CASTELLS, M. (2002) *A sociedade em rede (a era da informação: economia, sociedade e cultura)*. 6ª. ed. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra.
- DEBIEUX ROSA, M. D., PENHA, D. A., & DO PRADO FERREIRA, P. (2018). Intolerância: fronteiras e Psicanálise. *Revista subjetividades*, vol. 18, n. Especial, Fortaleza: Unifor, p. 105-113. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/6739/0>. Acesso em 07 ago 2022.
- FLANZER, S. N. (2006) Sobre o ódio. *Interações*, vol. 12, n. 22, São Paulo: Unimarco, p. 215-229. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/354/35402210.pdf>. Acesso em 22 jul 2022.
- FLAUBERT, G. (1857). *Madame Bovary*. Trad. Araújo Nabuco. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- FOOT, P. (1967) The Problem of Abortion and the Doctrine of the Double Effect. *Oxford Review*, No. 5, Inglaterra: University of Oxford. Disponível em: <https://oxford.universitypressscholarship.com/view/10.1093/0199252866.001.0001/acprof-9780199252862-chapter-2>. Acesso em 23 jul 2022
- FREUD, S. (1996). *Edição Standard brasileira*. Rio de Janeiro: Imago.
- (1915) “Os instintos e suas vicissitudes, vol. XIV, p. 137-67
- (1915) “Reflexões para os tempos de guerra e morte”, vol. XIV, p. 311-339
- (1921) “Psicologia de grupo e a análise do ego”, vol. XVIII, p. 89-179
- (1923) “O ego e o id”, vol. XIX, p. 13-80
- (1930[1929]) “O mal-estar na civilização”, vol. XXI, p. 75-174
- (1933[1932]) “Feminilidade”, vol. XXII, p. 113-134
- (1933[1932]) “Conferência XXXI: A dissecação da personalidade psíquica”, vol. XXII, p. 63-84
- KEHL, M. R. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

- LACAN, J. (1957/1999). *O Seminário, Livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1970/1992). *O Seminário, Livro 17: O avesso da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J-B. (2001) *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- LEVY, P. (1999) *Cibercultura*. São Paulo: 34.
- LUNA, N.M.P.A.F. & SANTOS, G.F. (2014) Liberdade de expressão e discurso de ódio no Brasil. *Revista Direito e Liberdade*, v. 16, n. 3, Rio Grande do Norte: ESMARN, p. 227-255. Disponível em: http://ww2.esmarn.tjrj.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/view/780. Acesso em 27 jul 2020
- MEYER-PFLUG, S. R. (2009) *Liberdade de expressão e discurso do ódio*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- SENNETT, R. (2016) *O declínio do homem público*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record.
- SOTO, J. M. D. (2015) Una aproximación al concepto de discurso del odio. *Revista Derecho del Estado*, n. 34, enero-junio, Bogotá: Universidad Externado de Colombia, p. 77-101. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-98932015000100005&lng=en&nrm=iso&tIng=es. Acesso em: 24 ago 2020